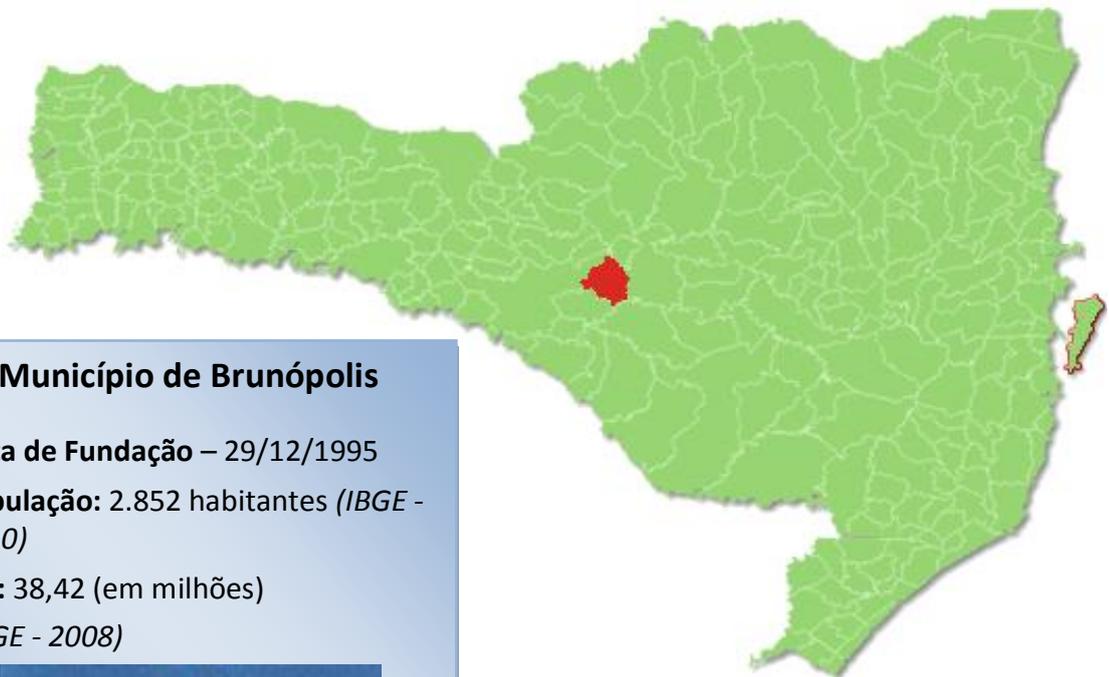




TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2010



Município de Brunópolis

Data de Fundação – 29/12/1995

População: 2.852 habitantes (IBGE - 2010)

PIB: 38,42 (em milhões)
(IBGE - 2008)



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	4
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	5
3.1. Apuração do resultado orçamentário	6
3.2. Análise do resultado orçamentário	6
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias	7
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	14
4.1. Situação Patrimonial.....	14
4.2. Análise do resultado financeiro.....	15
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira	16
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES	19
5.1. Saúde	19
5.2. Ensino.....	21
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências	21
5.2.2. FUNDEB.....	22
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)	25
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município	25
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo	26
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo	27
6. DO CONTROLE INTERNO	28
7. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA.....	29
8. INCONSISTÊNCIAS CONTÁBEIS	31
9. OUTRAS RESTRIÇÕES	32
10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2010	32
CONCLUSÃO.....	32
ANEXO	35
APÊNDICE 01	36
APÊNDICE 02	37
APÊNDICE 03	38

PROCESSO	PCP 11/00140813
UNIDADE	Município de Brunópolis
RESPONSÁVEL	Sr. Volcir Canuto - Prefeito Municipal
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2010
RELATÓRIO N°	4522/2011

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Brunópolis, relativas ao exercício de 2010.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2010 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Brunópolis, sendo que as médias apresentadas foram geradas em 13/10/2011.

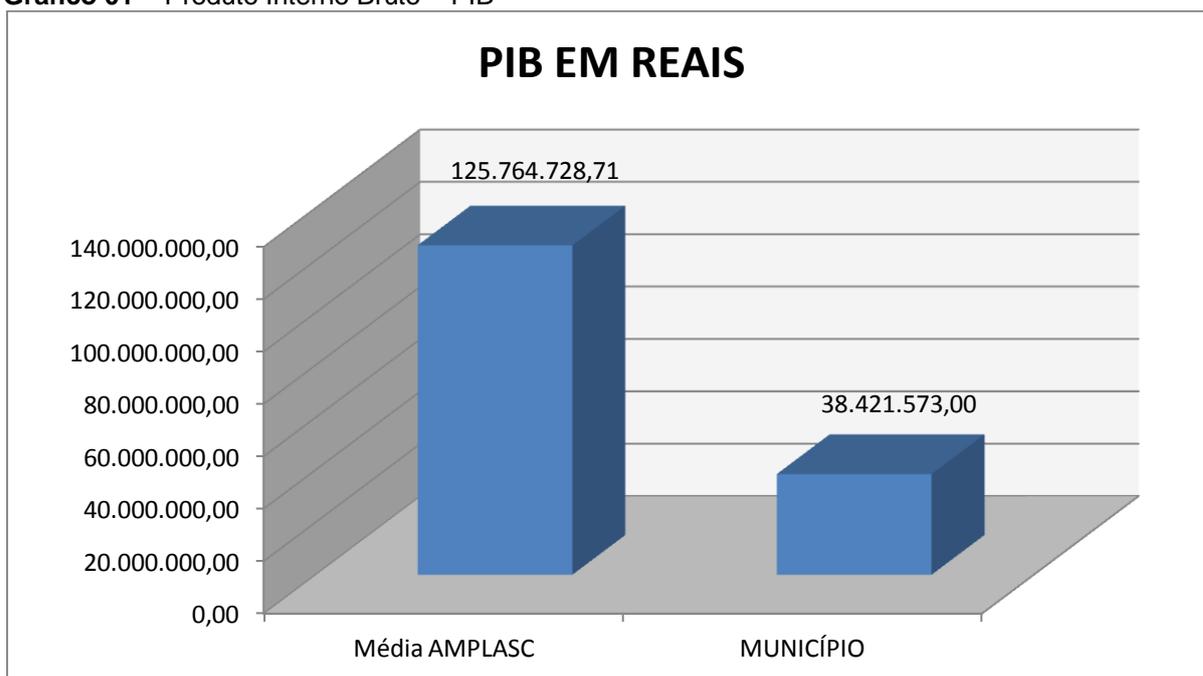
Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO¹

As terras onde se localiza Brunópolis foram colonizadas na década de 1940 por descendentes de imigrantes italianos e por luso-brasileiros oriundos do Paraná e de São Paulo. Os colonos estabeleceram-se na região, à época chamada Palmares, vivendo principalmente da agricultura. O município passou a se denominar Brunópolis somente depois de emancipar-se de Campos Novos, em dezembro de 1995, numa homenagem ao padre Bruno Paris, italiano que morou e trabalhou na localidade durante 13 anos. Ele morreu em 1993, no Rio Grande do Sul.

O Município de Brunópolis tem uma população estimada em 2.852² habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,74³. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 38.421.573,00⁴, revelando um PIB per capita à época de R\$ 12.888,82, considerando uma população estimada em 2008 de 2.981 habitantes.

Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2008

No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2000, o Município de Brunópolis encontra-se na seguinte situação:

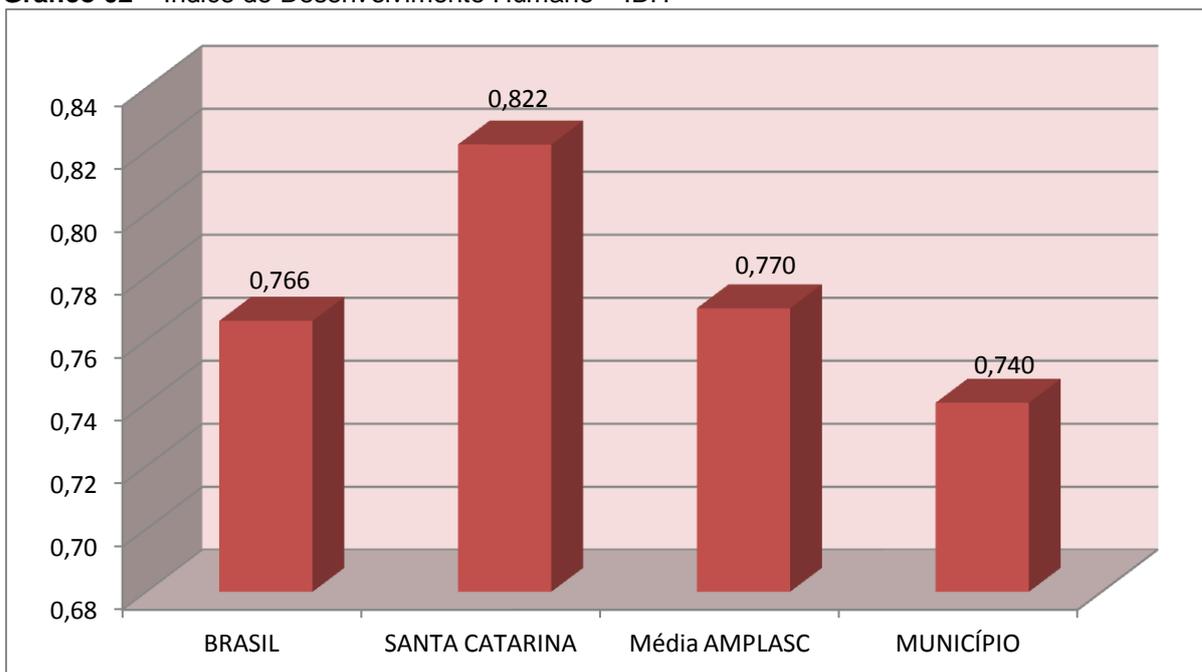
¹ Informação obtida em: www.sc.gov.br/portalturismo

² IBGE - 2010

³ PNUD - 2000

⁴ Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2008

Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2000

3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluindo as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	8.899.600,00
PPA	532/2009	20/08/2009	DESPESA FIXADA	8.899.600,00
LDO	553/2009	30/09/2009		
LOA	534/2009	09/09/2009		

3.1. Apuração do resultado orçamentário

A execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2010

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	8.899.600,00	7.633.589,53	85,77
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	9.900.782,93	7.882.596,58	79,62
Déficit de Execução Orçamentária		249.007,05	

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Déficit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 249.007,05**, correspondendo a **3,26%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Déficit de R\$ 249.007,05, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Déficit de R\$ 288.698,99 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Superávit de R\$ 39.691,94.

Ressalta-se que o Déficit em questão foi totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior (R\$ 736.816,53), conforme demonstrado na apuração da variação do patrimônio financeiro (item 4.2, deste Relatório).

3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do município de Brunópolis nos últimos 5 anos:

Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – 2006-2010

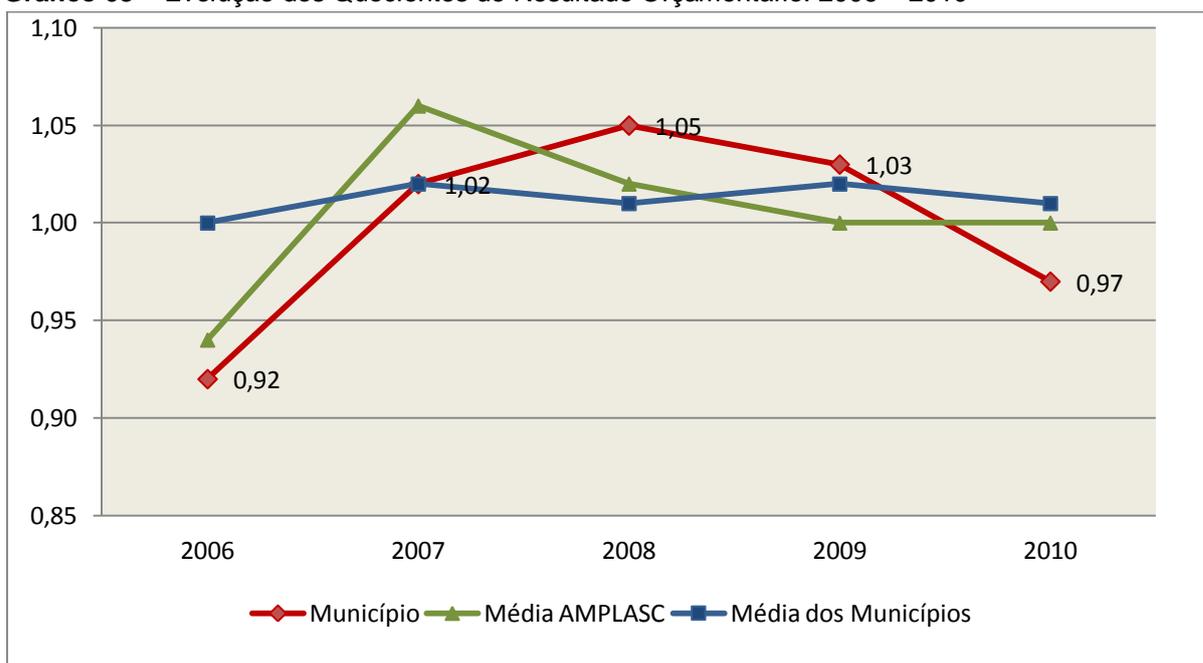
ITENS / ANO	2006	2007	2008	2009	2010
1 Receita realizada	4.937.635,81	5.281.111,81	6.619.023,22	6.682.937,22	7.633.589,53
2 Despesa executada	5.366.657,19	5.196.160,75	6.330.577,48	6.469.323,75	7.882.596,58

QUOCIENTE	2006	2007	2008	2009	2010
Resultado Orçamentário (1÷2)	0,92	1,02	1,05	1,03	0,97

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 7.633.589,53**, equivalendo a **85,77%** da receita orçada.

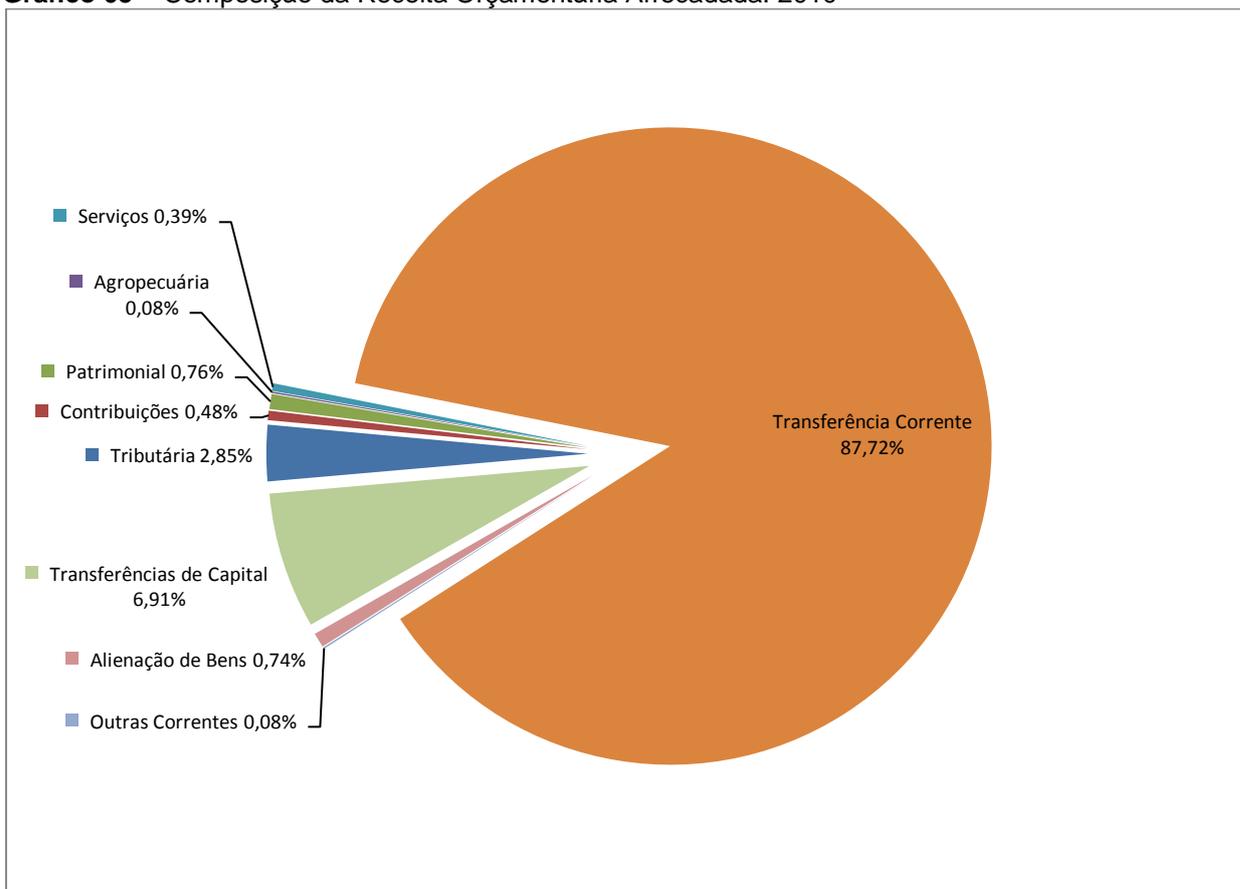
As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

Quadro 04 – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2010

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	455.600,00	217.373,27	47,71
Receita de Contribuições	60.000,00	36.554,24	60,92
Receita Patrimonial	85.000,00	58.026,23	68,27
Receita Agropecuária	5.000,00	5.840,19	116,80
Receita de Serviços	25.000,00	29.453,70	117,81
Transferência Corrente	6.492.000,00	6.696.043,87	103,14
Outras Receitas Correntes	12.000,00	6.333,24	52,78
Operações de Crédito	300.000,00	-	-
Alienação de Bens	115.000,00	56.500,00	49,13
Transferências de Capital	1.350.000,00	527.464,79	39,07
TOTAL DA RECEITA	8.899.600,00	7.633.589,53	85,77

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Gráfico 05 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2010

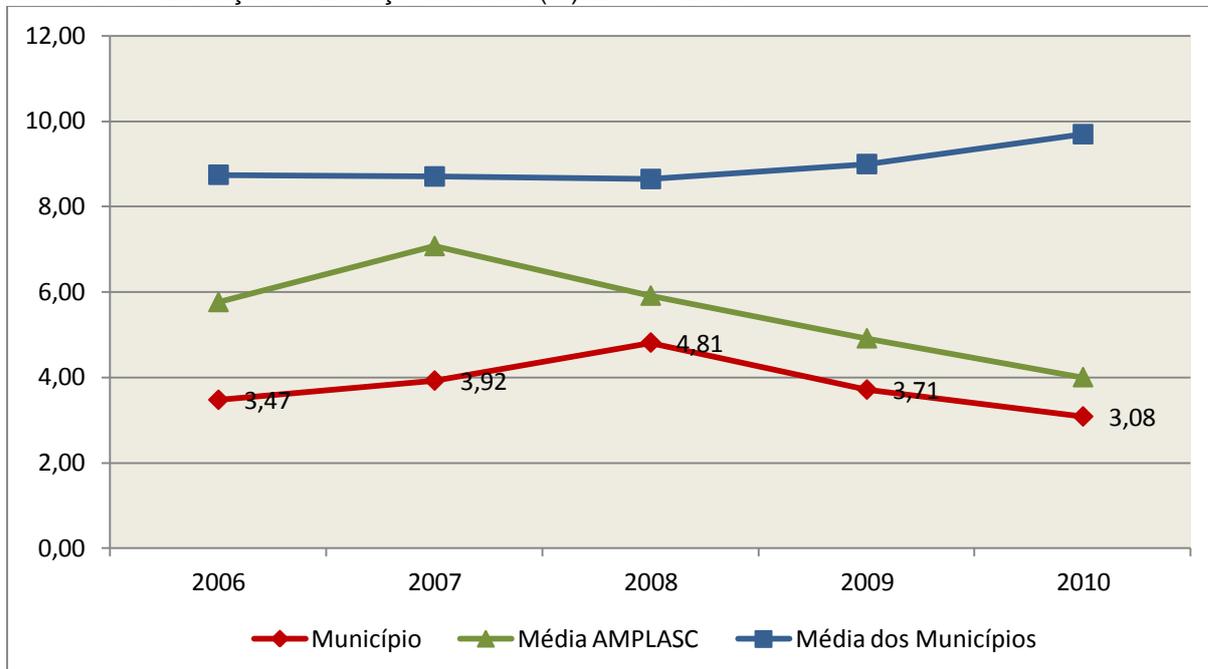


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **87,72%**, está concentrada na transferência corrente.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

Gráfico 06 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2006 – 2010

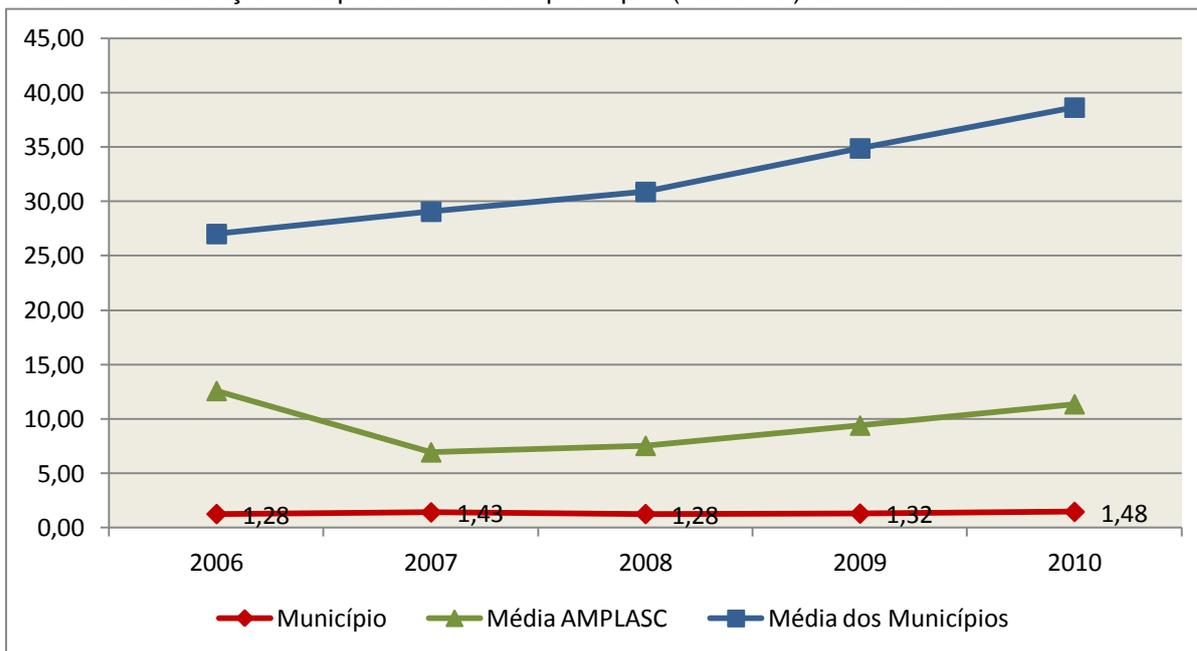


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 07 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

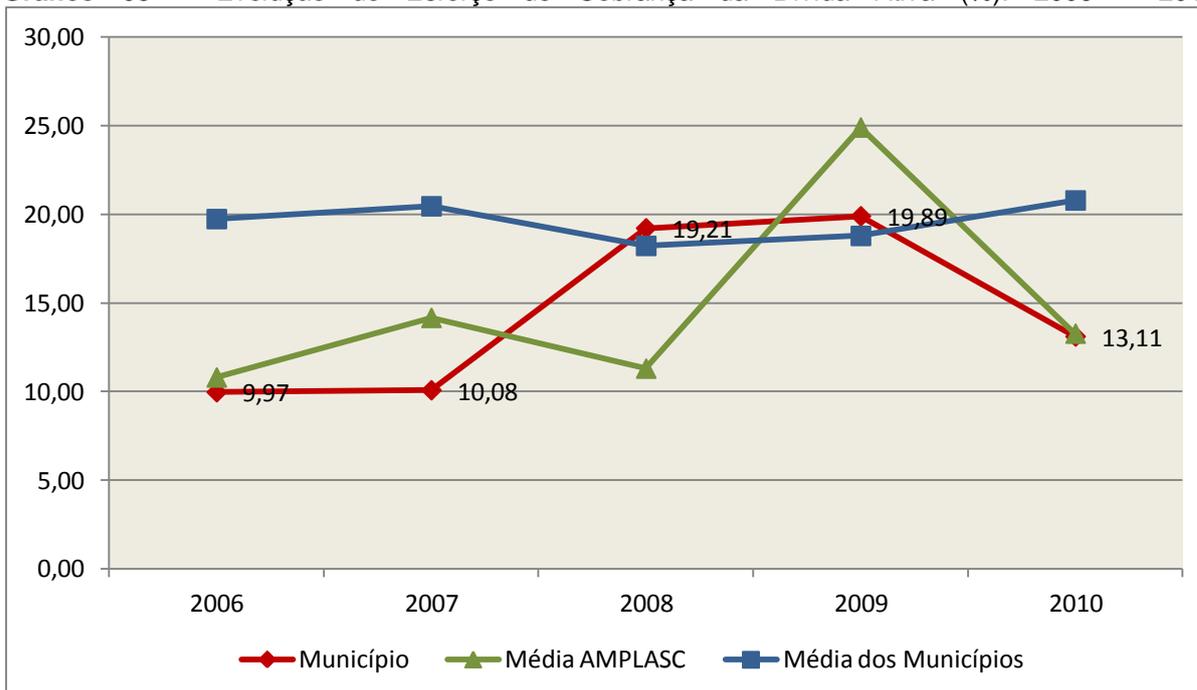
Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2010

Saldo Anterior	Inscrição	Atualização, juros e multa	Provisão (líquida)	Recebimento	Outras Baixas	Saldo Final
13.067,39	2.683,23	1.800,40	0,00	1.712,64	0,00	15.838,38

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 08 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2010

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	363.000,00	371.247,48	102,27
04-Administração	1.421.735,00	1.086.999,79	76,46
06-Segurança Pública	20.500,00	17.090,00	83,37
08-Assistência Social	275.800,00	220.847,31	80,08
10-Saúde	2.069.913,27	1.772.060,59	85,61
12-Educação	2.137.561,08	1.718.009,87	80,37
13-Cultura	11.100,00	11.072,65	99,75
15-Urbanismo	958.262,08	905.846,05	94,53
16-Habitação	36.000,00	-	-
17-Saneamento	398.597,59	362.992,55	91,07
19-Ciência e Tecnologia	19.162,42	18.498,67	96,54
20-Agricultura	452.200,00	240.752,27	53,24
23-Comércio e Serviços	20.000,00	-	-
25-Energia	85.550,00	62.913,05	73,54
26-Transporte	1.195.060,41	1.008.326,38	84,37
27-Desporto e Lazer	88.032,00	85.939,92	97,62
99-Reserva de Contingência	40.000,00	-	-

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
TOTAL DA DESPESA	9.592.473,85	7.882.596,58	82,17

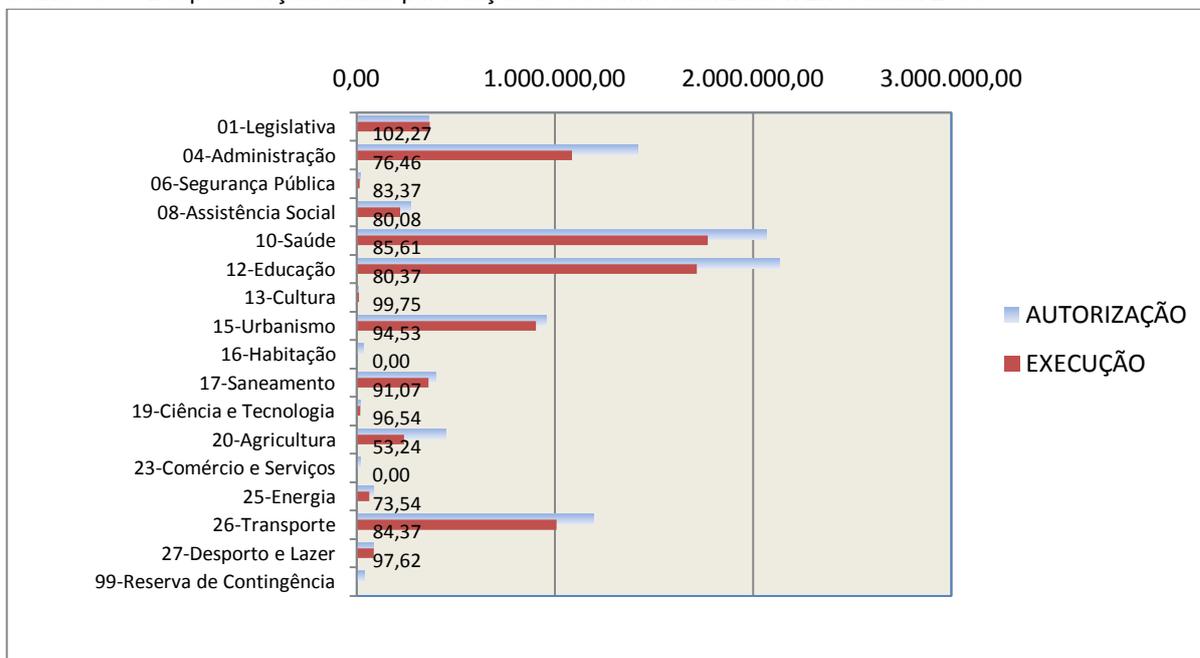
Fontes: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência entre os créditos autorizados constante do Anexo 11 e o informado via Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento, consta do Capítulo 8 – Inconsistências Contábeis, deste Relatório.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

Gráfico 09 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2010



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2006 – 2010

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2006	2007	2008	2009	2010
01-Legislativa	266.912,08	262.489,53	286.845,67	318.322,47	371.247,48
04-Administração	623.659,26	791.255,03	820.603,96	890.039,11	1.086.999,79
06-Segurança Pública	10.012,65	16.027,32	17.673,36	19.602,32	17.090,00
08-Assistência Social	89.693,83	149.638,58	206.284,44	182.030,41	220.847,31
10-Saúde	1.071.163,83	1.060.420,16	1.567.512,90	1.545.168,69	1.772.060,59

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2006	2007	2008	2009	2010
12-Educação	1.122.583,47	1.177.476,61	1.531.231,55	1.707.010,76	1.718.009,87
13-Cultura	2.494,80	-	3.733,86	-	11.072,65
14-Direitos da Cidadania	8.849,42	-	-	-	-
15-Urbanismo	220.978,35	29.999,38	-	-	905.846,05
17-Saneamento	73.017,26	117.564,63	90.443,89	101.632,96	362.992,55
18-Gestão Ambiental	-	-	7.000,00	-	-
19-Ciência e Tecnologia	-	-	48.597,29	342,90	18.498,67
20-Agricultura	152.385,34	212.890,00	341.777,08	348.415,82	240.752,27
23-Comércio e Serviços	-	-	-	137.500,00	-
25-Energia	-	29.728,86	49.605,68	48.891,85	62.913,05
26-Transporte	1.628.593,50	1.269.437,06	1.125.172,66	946.393,46	1.008.326,38
27-Desporto e Lazer	10.960,82	25.053,04	73.865,34	42.579,67	85.939,92
28-Encargos Especiais	85.352,58	54.180,55	160.229,80	181.393,33	-
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	5.366.657,19	5.196.160,75	6.330.577,48	6.469.323,75	7.882.596,58

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2010

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	4.209,88	0,06
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	80.549,47	1,19
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	67.231,14	0,99
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	51.094,11	0,75
Cota do ICMS	2.331.229,49	34,35
Cota-Parte do IPVA	70.520,25	1,04
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	49.816,90	0,73
Cota-Parte do FPM	4.098.742,85	60,39
Cota do ITR	16.722,72	0,25
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	14.914,92	0,22
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	1.712,64	0,03
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	427,77	0,01
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS	6.787.172,14	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2010

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	8.331.704,65
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	1.282.079,91
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	7.049.624,74

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

Em seguida é analisada a evolução da situação patrimonial e financeira do município nos últimos 5 anos, com a apuração e demonstração de quocientes. Divergências contábeis relevantes serão apresentadas no capítulo 8, de forma que todos os fundamentos técnicos expostos neste relatório para fundamentar a confecção do parecer prévio estejam devidamente evidenciados.

4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Brunópolis (em Reais): 2009 – 2010

ATIVO	2009	2010	PASSIVO	2009	2010
Financeiro	949.982,14	576.137,83	Financeiro	213.165,61	88.328,35
Disponível	949.982,14	576.137,83	Depósitos	16.219,72	-
Caixa	23,19	30,55	Consignações	16.219,72	-
Bancos Conta Movimento	873.289,69	489.666,22	Restos a Pagar	196.945,89	88.328,35
Bancos Conta Vinculada	75.983,83	85.627,31	Obrigações a Pagar	196.945,89	88.328,35
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	685,43	813,75			
Permanente	3.165.247,33	4.531.796,30	Permanente	37.694,28	28.478,58

ATIVO	2009	2010	PASSIVO	2009	2010
Dívida Ativa	13.067,39	15.838,38	Dívida Fundada	37.694,28	28.478,58
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Curto Prazo	3.024,91	3.024,91			
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	10.042,48	12.813,47			
Imobilizado	3.152.179,94	4.515.957,92			
Bens Móveis e Imóveis	3.152.179,94	4.515.957,92			
Bens Imóveis	1.068.239,63	1.412.285,14			
Bens Móveis	2.083.940,31	3.103.672,78			
ATIVO REAL	4.115.229,47	5.107.934,13	PASSIVO REAL	250.859,89	116.806,93
SALDO PATRIMONIAL		0,00	SALDO PATRIMONIAL	3.864.369,58	4.991.127,20
			Ativo Real Líquido	3.864.369,58	4.991.127,20
TOTAL	4.115.229,47	5.107.934,13	TOTAL	4.115.229,47	5.107.934,13

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

Obs.: A divergência entre o resultado patrimonial apurada através do Anexo 15 e aquele obtido através do Anexo 14, consta do Capítulo 8 – Inconsistências Contábeis, deste Relatório.

4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

A variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2009 - 2010

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Varição
Ativo Financeiro	949.982,14	576.137,83	-373.844,31
Passivo Financeiro	213.165,61	88.328,35	+124.837,26
Saldo Patrimonial Financeiro	736.816,53	487.809,48	-249.007,05

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 487.809,48** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,15** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação negativa de **R\$ - 249.007,05** passando de um Superávit de **R\$ 736.816,53** para um Superávit de **R\$ 487.809,48**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 408.051,21**.

4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2006 – 2010

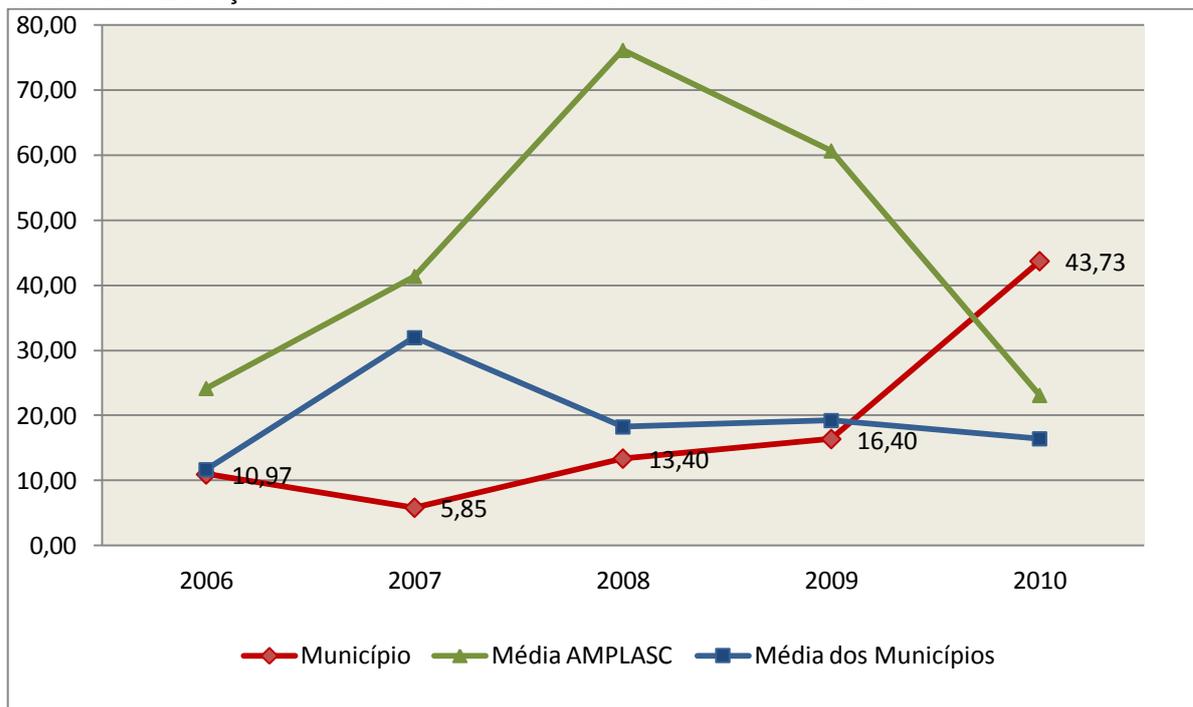
ITENS / ANO	2006	2007	2008	2009	2010
1 Despesa Executada	5.366.657,19	5.196.160,75	6.330.577,48	6.469.323,75	7.882.596,58
2 Restos a Pagar	133.244,49	242.700,79	84.076,06	196.945,89	88.328,35
3 Ativo Financeiro Ajustado	286.753,46	494.043,35	619.712,18	949.982,14	576.137,83
4 Passivo Financeiro Ajustado	142.646,61	264.850,99	96.852,02	213.165,61	88.328,35
5 Ativo Real	2.279.145,83	2.580.400,17	3.347.727,95	4.115.229,47	5.107.934,13
6 Passivo Real	207.692,31	441.312,78	249.747,84	250.859,89	116.806,93
QUOCIENTES	2006	2007	2008	2009	2010
Resultado Patrimonial (5÷6)	10,97	5,85	13,40	16,40	43,73
Situação Financeira (3÷4)	2,01	1,87	6,40	4,46	6,52
Restos a Pagar (2÷1)*100	2,48	4,67	1,33	3,04	1,12

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

Gráfico 10 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2006 – 2010



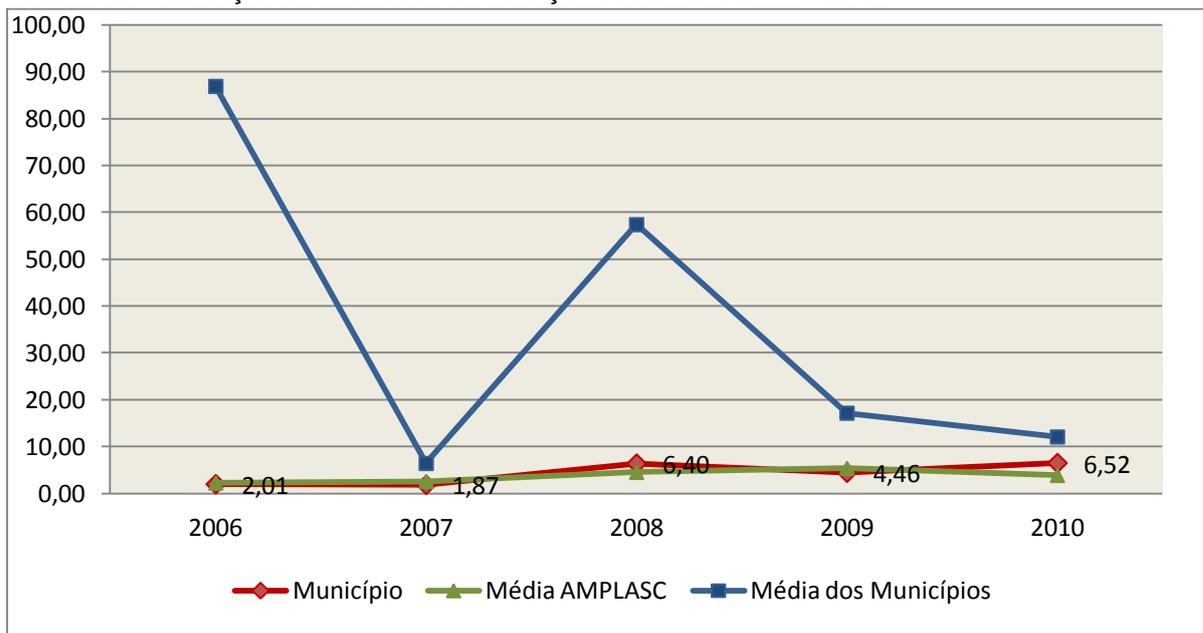
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2010 o Ativo Real apresenta-se **43,73** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do município.

Gráfico 11 – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

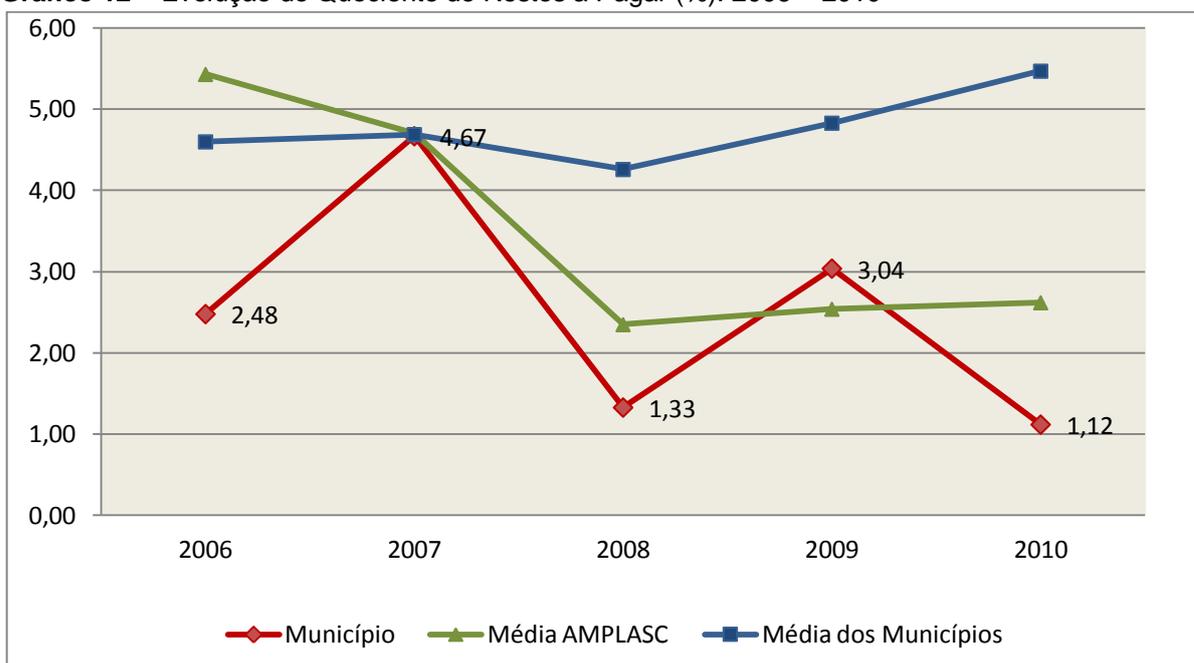
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2010 o Ativo Financeiro representa **6,52** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Brunópolis é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 12 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **1,12%** da despesa orçamentária do exercício.

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

5.1. Saúde

Limite: mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2010 – art. 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Quadro 13 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2010

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	6.787.172,14	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.772.061,15	26,11
Atenção Básica (10.301)	1.753.789,59	25,84

Vigilância Sanitária (10.304)	18.271,56	0,27
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	428.748,34	6,32
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	1.343.312,81	19,79
Valor Mínimo a ser Aplicado	1.018.075,82	15,00
Valor Acima do Limite	325.236,99	4,79

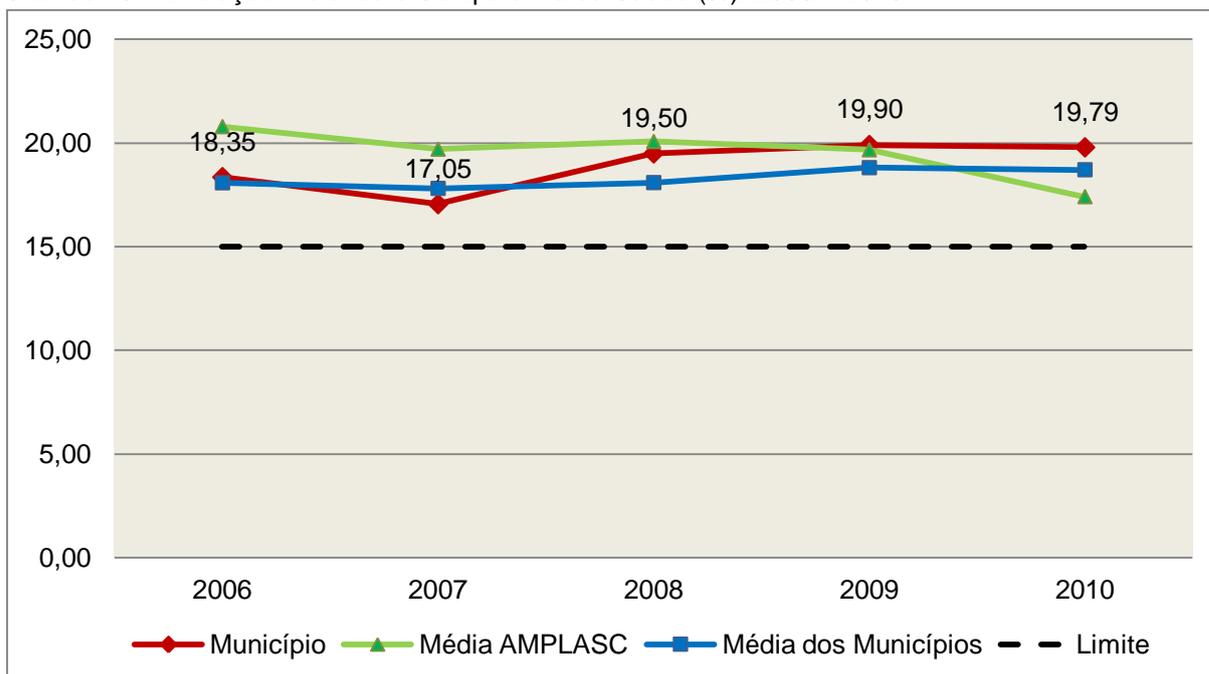
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

Pelo demonstrativo acima, constata-se que o montante aplicado foi da ordem de **R\$ 1.343.312,81**, correspondendo a um percentual de **19,79%** da receita com impostos, inclusive transferências de impostos, evidenciando que o município **CUMPRIU** o referido dispositivo constitucional.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em ações e serviços públicos de saúde:

Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

5.2. Ensino

5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino (exercício de 2010) – art. 212 da Constituição Federal.

Quadro 14 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2010

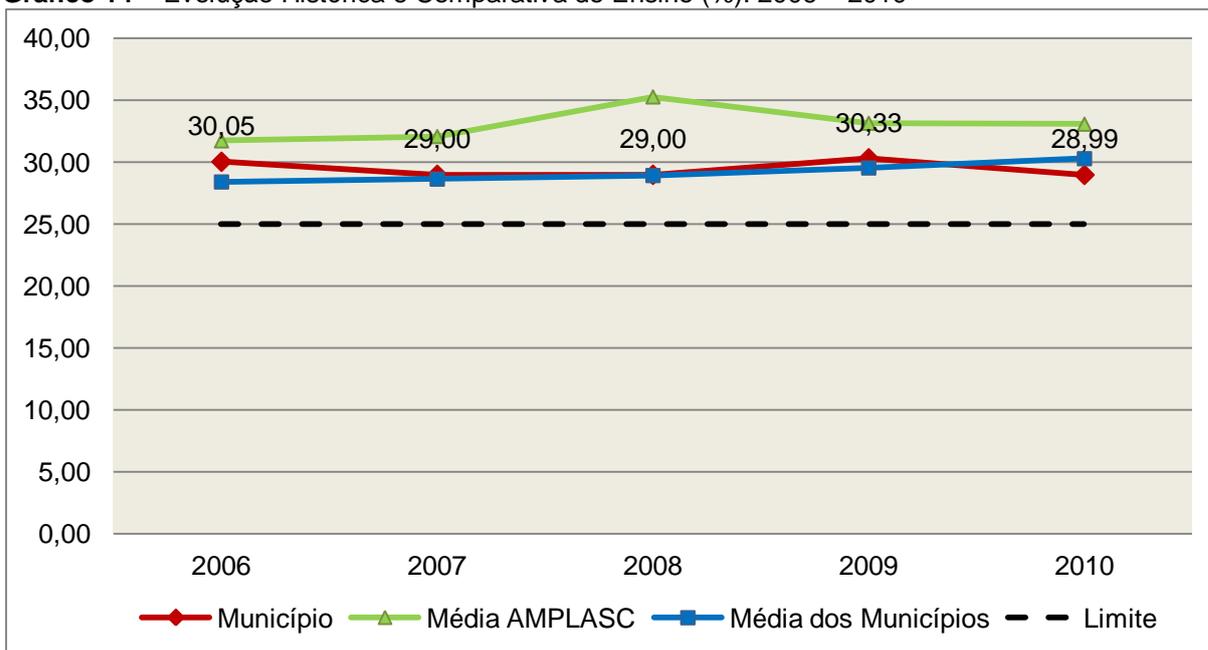
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	6.787.172,14	100,00
Valor Aplicado Educação Infantil	111.499,18	1,64
Educação Infantil (12.365)	111.499,18	1,64
Valor Aplicado Ensino Fundamental	1.547.105,69	22,79
Ensino Fundamental (12.361)	1.547.105,69	22,79
(-) Total das Deduções com Educação Básica*	366.590,71	5,40
(+) Perda com FUNDEB	679.169,00	10,01
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	3.420,70	0,05
Total das Despesas para efeito de Cálculo	1.967.762,46	28,99
Valor Mínimo a ser Aplicado	1.696.793,04	25,00
Valor Acima do Limite (25%)	270.969,42	3,99

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 1.967.762,46** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **28,99%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 270.969,42**, representando **3,99%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

Gráfico 14 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de **Brunópolis** em 2010 reduziu seus gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério – FUNDEB: 2010

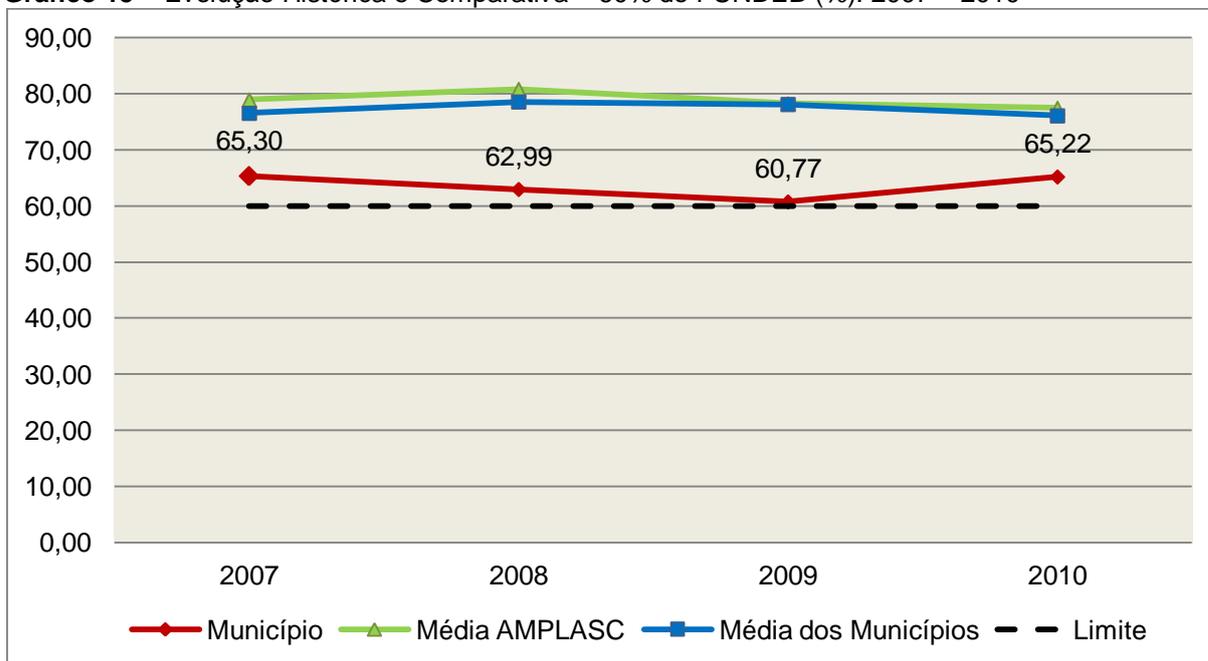
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	602.910,91
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	3.420,70
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	606.331,61
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	363.798,97
Total dos Gastos Efetuados c/Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício pagos c/ Recursos do FUNDEB (Conforme sistema e-Sfinge, fonte 18, grupos 1, 2 (fls.332 a 333 dos autos)	395.430,85
Valor Acima do Limite	31.631,88

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 395.430,85**, equivalendo a **65,22%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo

60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

Gráfico 15 – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2007 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Limite 2: mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

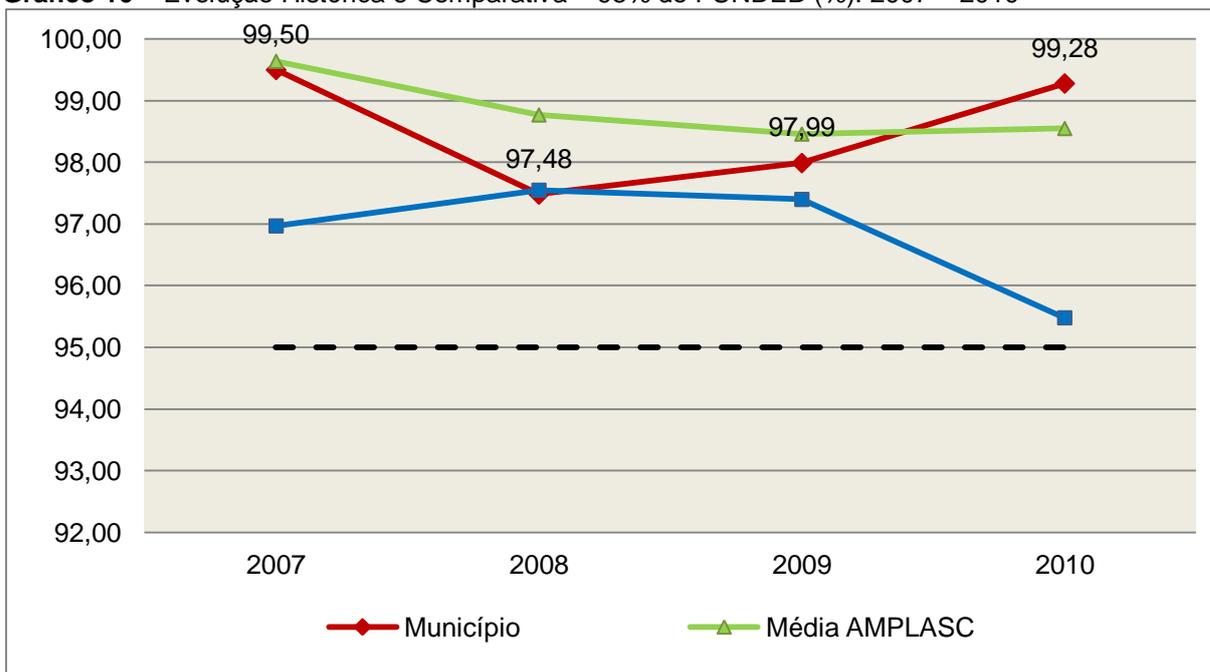
Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2010

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	606.331,61
95% dos Recursos do FUNDEB	576.015,03
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica empenhadas e liquidadas com recursos do FUNDEB e as não liquidadas com cobertura financeira (Conforme Apêndice 03, deste Relatório)	601.946,94
Valor Acima do Limite	25.931,91

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O demonstrativo anterior evidencia que o Município aplicou o valor de **R\$ 601.946,94**, equivalendo a **99,28%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

Gráfico 16 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2007 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Brunópolis ampliou sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município realizou despesas no valor de **R\$ 10.496,97**, mediante abertura de crédito adicional, após o 1º trimestre, **DESCUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Obs.: Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal na Conclusão deste Relatório.

5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2010

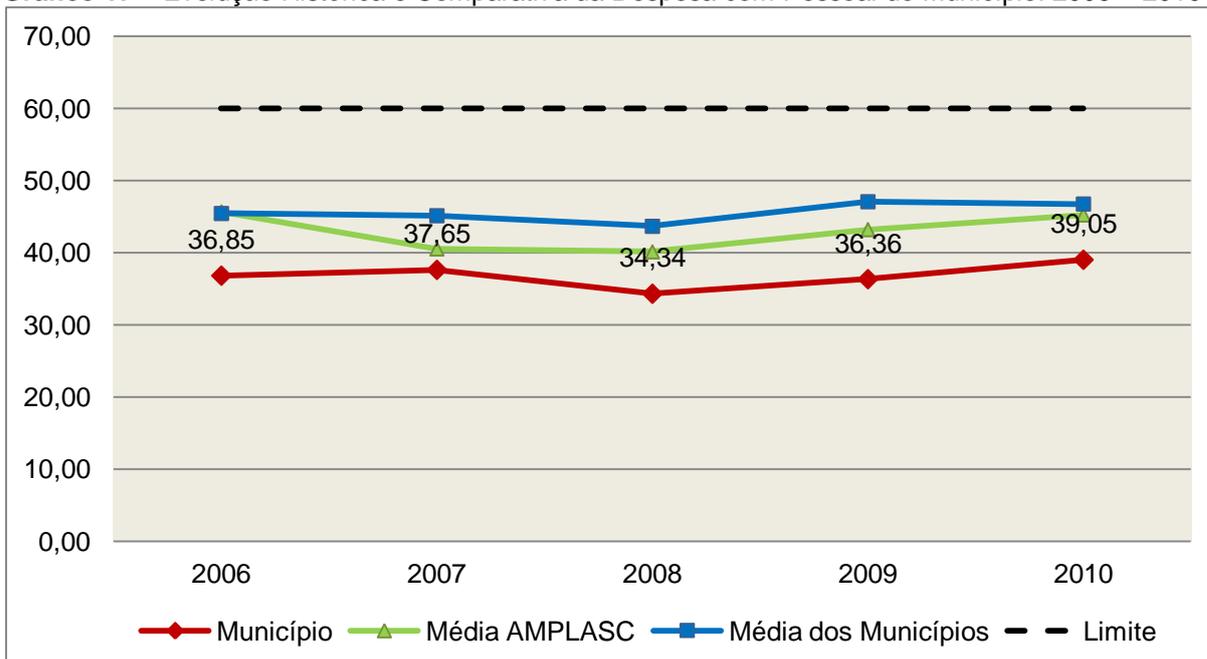
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	7.049.624,74	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	4.229.774,84	60,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	2.482.478,77	35,21
Pessoal e Encargos	2.482.478,77	35,21
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	270.164,35	3,83
Pessoal e Encargos	270.164,35	3,83
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	2.752.643,12	39,05
Valor Abaixo do Limite (60%)	1.477.131,72	20,95

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

No exercício em exame, o Município gastou **39,05%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra o crescimento dos gastos com pessoal do Município de Brunópolis, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2010

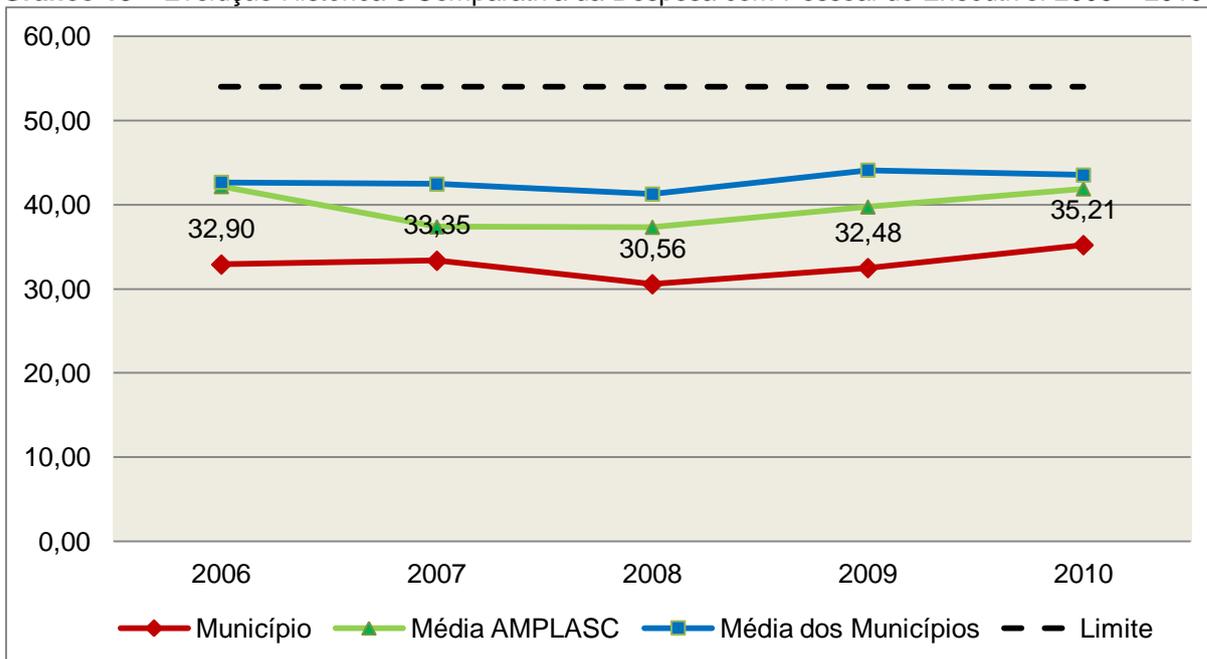
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	7.049.624,74	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	3.806.797,36	54,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	2.482.478,77	35,21
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	2.482.478,77	35,21
Valor Abaixo do Limite (54%)	1.324.318,59	18,79

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **35,21%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

Gráfico 18 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo aumentaram, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2010

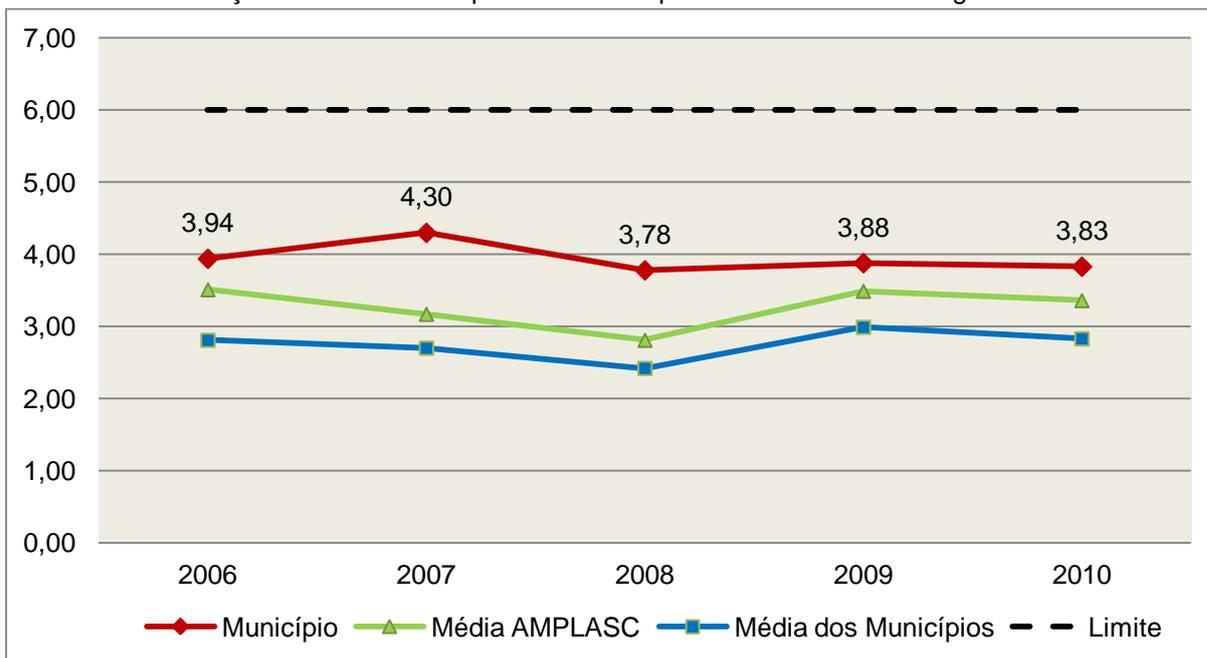
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	7.049.624,74	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	422.977,48	6,00
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	270.164,35	3,83
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	270.164,35	3,83
Valor Abaixo do Limite (6%)	152.813,13	2,17

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **3,83%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

Gráfico 19 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve uma redução do percentual quando comparado ao exercício anterior.

6. DO CONTROLE INTERNO

O Controle Interno na Administração Pública é aquele que se realiza internamente, ou seja, através dos órgãos componentes da própria estrutura administrativa que pratica e fiscaliza os atos sujeitos ao seu controle, conforme preconizado nos artigos 31 e 70 da Constituição Federal.

Nesse sentido, apresenta-se o quadro que segue, indicando o responsável pelo órgão de Controle Interno do Município de Brunópolis, sua lei instituidora e o envio dos relatórios de sua competência:

LEI INSTITUIDORA	308, de 12/03/2004					
RESPONSÁVEL	Miriam Karla Maciel	ATO DE NOMEAÇÃO			375, de 02/01/2005	
RELATÓRIOS BIMESTRAIS (art. 5º, § 3º, Res. nº TC 16/94)	Datas Limites para Entrega					
	1º BIM.	2º BIM.	3º BIM.	4º BIM.	5º BIM.	6º BIM.
	31/03/2010	31/05/2010	02/08/2010	30/09/2010	30/11/2010	31/01/2011
	Datas de Entrega					
	1º BIM.	2º BIM.	3º BIM.	4º BIM.	5º BIM.	6º BIM.
	06/04/2010	07/06/2010	30/07/2010	30/09/2010	25/11/2010	28/01/2011

Quadro 20 – Informações sobre o Sistema de Controle Interno

As restrições oriundas do descumprimento do art. 3º e 4º da Lei Complementar nº 202/2000 c/c 5º, § 3º da Resolução nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004, encontram-se anotadas no Capítulo 9, deste Relatório

Na análise preliminar efetuada nos Relatórios remetidos, não foram verificadas irregularidades ou ilegalidades levantadas pelo Órgão de Controle Interno, com referência a execução do orçamento e dos registros contábeis, bem como com relação aos atos e fatos da administração municipal.

7. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nesta linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral destes.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, Incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Este fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei Federal nº 4.320/64.

A receita do referido Fundo deve ser vinculada aos seus objetivos e sua finalidade, sendo que as formas de aplicação dos recursos são determinadas pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente. Isto é operacionalizado através da aprovação de seu Plano de Aplicação feita anualmente, em consonância com o Plano de Ação elaborado anteriormente também pelo referido Conselho, de acordo com o artigo 260, § 2º da Lei Federal nº 8.069/90 combinado com o artigo 1º da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005.

Lei Federal nº 8.069/90

Art. 260. [...]

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no [art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal](#).

Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005.

Art.1º - Ficam estabelecidos os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território nacional, nos termos do art.88, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos. 227, §7º da Constituição Federal, como órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto no art.4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d” combinado com os artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal. (grifo nosso)

No caso do Município de **Brunópolis**, constata-se que a despesa empenhada na Unidade Orçamentária - **Fundo Municipal da Infância e Adolescência** representa 0,26% da despesa total realizada pela Prefeitura Municipal.

Além disto, conforme documentação remetida em resposta ao Ofício Circular nº 6.813/2011 (fls. 222 a 242 dos autos), verifica-se que:

1) A nominata e o ato de posse dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estão acostados aos autos, às páginas (fls. 240 e 241 dos autos):

2) Houve a remessa de documento denominado Plano de Ação (fls. 228 a 241 dos autos) referente ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA. Todavia o mesmo foi aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente em 15/07/2010, conforme ata (fls. 238 e 239), caracterizando o não cumprimento do disposto no artigo 260, § 2º da Lei Federal nº 8.069/90 combinado com o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, uma vez que referido Plano de Ação deve ser confeccionado tempestivamente de forma que fosse considerado quando da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010, ou seja, em 2009.

3) Não houve a remessa do Plano de Aplicação dos recursos do FIA, caracterizando a ausência de elaboração do mesmo, contrariando o disposto no

artigo 260, § 2º da Lei Federal nº 8.069/90 combinado com o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005.

4) A remuneração total dos Conselheiros Tutelares representa 93,88% da despesa total do Fundo Municipal da Infância e Adolescência, sendo que a mesma está sendo financiada com recursos do referido Fundo, em desacordo ao artigo 16 da Resolução CONANDA nº 137, de 21 de janeiro de 2010.

Art. 16 Deve ser vedada à utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único. Além das condições estabelecidas no caput, deve ser vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para:

[...]

II - pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

8. INCONSISTÊNCIAS CONTÁBEIS

- 8.1. Divergência, no valor de **R\$ 308.309,08**, entre os créditos autorizados constantes do Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 (R\$ 9.900.782,93) e o apurado através das informações enviadas via Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento (R\$ 9.592.473,85), caracterizando afronta aos artigos 75, 90 e 91 da Lei nº 4.320/64.
- 8.2. Divergência, no valor de **R\$ 37.464,00**, entre o Resultado Patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais – Anexo 15 (R\$ 1.164.221,62) e o Saldo Patrimonial do exercício corrente, apurado no Balanço Patrimonial – Anexo 14, (R\$ 4.991.127,20), deduzido o Saldo Patrimonial do exercício anterior (R\$ 3.864.369,58), em afronta aos artigos 104 e 105 da Lei nº 4.320/64.

9. OUTRAS RESTRIÇÕES

- 9.1. Atraso na remessa dos Relatórios de Controle Interno referentes aos 1º e 2º bimestres, em desacordo aos artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 202/2000 c/c artigo 5º, § 3º da Resolução nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004.

10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2010

Quadro 21 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	Embora, as demonstrações apresentem inconsistências de natureza contábil, essas não afetam de forma significativa a posição financeira, orçamentária e patrimonial do exercício em análise.	
2) Resultado Orçamentário	Déficit totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior	R\$ 249.007,05
3) Resultado Financeiro	Superávit	R\$ 487.809,48
4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO	REALIZADO
4.1) Saúde	15,00%	19,79%
4.2) Ensino	25,00%	28,99%
4.3) FUNDEB	60,00%	65,22%
	95,00%	99,28%
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO
a) Município	60,00%	39,05%
b) Poder Executivo	54,00%	35,21%
c) Poder Legislativo	6,00%	3,83%

CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção in loco e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos

de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2010 do Município de Brunópolis**, esta instrução apresenta as seguintes restrições:

1. RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

- 1.1 Realização de despesas com os recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior no valor de **R\$ 10.496,97** mediante abertura de crédito adicional após o primeiro trimestre de 2010, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (item 5.2.2, limite 3).
- 1.2 Divergência, no valor de **R\$ 308.309,08**, entre os créditos autorizados constantes do Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 (R\$ 9.900.782,93) e o apurado através das informações enviadas via Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento (R\$ 9.592.473,85), caracterizando afronta aos artigos 75, 90 e 91 da Lei nº 4.320/64 (item 8.1, deste Relatório);
- 1.3 Divergência, no valor de **R\$ 37.464,00**, entre o Resultado Patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais – Anexo 15 (R\$ 1.164.221,62) e o Saldo Patrimonial do exercício corrente, apurado no Balanço Patrimonial – Anexo 14, (R\$ 4.991.127,20), deduzido o Saldo Patrimonial do exercício anterior (R\$ 3.864.369,58), em afronta aos artigos 104 e 105 da Lei nº 4.320/64 (item 8.2);
- 1.4 Atraso na remessa dos Relatórios de Controle Interno referentes aos 1º e 2º bimestres, em desacordo aos artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 202/2000 c/c artigo 5º, § 3º da Resolução nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004 (item 9.1).

Diante da situação apurada, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **RECOMENDAR** a adoção de providências com vistas à correção das deficiências de natureza contábil constantes do Capítulo 8, deste Relatório;

III - **RECOMENDAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto às irregularidades mencionadas no Capítulo 7 – Do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 3, em 14/10/2011.

Gian Carlo da Silva
Auditor Fiscal de Controle Externo

EDESIA FURLAN
Auditor Fiscal de Controle Externo
Chefe da Divisão 3

De Acordo

Em 14/10/2011.

CRISTIANE DE SOUZA REGINATTO
Coordenador de Controle
Inspetoria

ANEXO

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde	
- Transferências de Convênios: Saúde (23) R\$ 105.840,21 (fl. 326)	
- Transferências de Convênios: Atenção Básica (64) R\$ 267.805,42 (fl. 327)	
- Transferências de Convênios: Vigilância em Saúde (66) R\$ (4.837,35) (fl. 328)	
- Transferências de Convênios: Assistência Farmacêutica Básica R\$ (67) 15.615,36 (fl. 329)	
- Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde (89) R\$ 34.650,00 (fl. 330)	
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município	428.748,34

Deduções das Despesas com Educação Básica

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	
- Transferência de Convênio: Salário Educação (58) R\$ 1.977,00 (fl. 320)	
- Transferência de Convênio: Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE (59) R\$ 1.661,20 (fl. 323)	
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil (Conforme Apêndice 2 a seguir)	14.518,01
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	
- Transferência de Convênio: Educação (22) R\$ 197.080,70 (fl. 314)	
- Transferência de Convênio: Salário Educação (58) R\$ 40.000,00 (fl. 320)	
- Transferência de Convênio: Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE (59) R\$ 3.572,96 (fl. 323)	
- Transferência de Convênio: Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (60) R\$ 19.903,90 (fl. 322)	
- Transferência de Convênio: Programa de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE (61) R\$ 40.000,00 (fl. 321)	
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Conforme Apêndice 1 a seguir)	47.876,94
Total das deduções das despesas com Educação Básica	366.590,71

APÊNDICE 01

Despesas excluídas por não serem consideradas como de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (R\$ 47.876,94)

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Brunópolis

Competência: 01/2010 à 06/2010

Função: =12- Educação

Subfunção: =361- Ensino Fundamental

Histórico: Gêneros alimentícios

Fonte Recurso	NE	Data Empenho	Credor	VL Empenho (R\$)	Histórico
1	<u>924</u>	22/04/2010	Comércio de Alimentos Kerfe	416,05	GENEROS ALIMENTICIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DA MERENDA DA ESCOLA NUCLEADA PADRE BRUNO PARIS (EXTRATO DE TOMATE, FERMENTE QUIMICO, FERMENTO BIOLÓGICO, ACUCAR, FARINHA DE BIJU, CANELA EM PÓ, LEITE EM PÓ E CANJICA)
1	<u>1349</u>	16/06/2010	Comércio de Alimentos Kerfe	321,94	GENEROS ALIMENTICIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR.
1	<u>1148</u>	20/05/2010	Comércio de Alimentos Kerfe	1.382,82	GENEROS ALIMENTICIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BRUNÓPOLIS.
1	<u>1809</u>	09/08/2010	Comércio de Alimentos Kerfe	1.015,30	GENEROS ALIMENTICIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BRUNÓPOLIS .
1	<u>1636</u>	13/07/2010	Comércio de Alimentos Kerfe	1.224,50	REFERENTE GENEROS ALIMENTICIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BRUNÓPOLIS.
1	<u>2401</u>	25/10/2010	Comércio de Alimentos Kerfe	1.730,52	GENEROS ALIMENTICIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS.
1	<u>2174</u>	27/09/2010	Comércio de Alimentos Kerfe	1.853,88	GENEROS ALIMENTICIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.(PCTS AÇUCAR, BOLACHAS, CHIMIER, CHÁ MATE LEÃO, FERMENTO QUIMICO, LEITE CONDENSADO, ACHOCOLATADO PÓ, SAL, SAGU, LEITE PÓ, CANJICA, COCO RALADO, LATAS DE ERVILHA, SAL, EXTRATO DE TOMATE)
1	<u>2706</u>	29/11/2010	Comércio de Alimentos Kerfe	1.085,75	GENEROS ALIMENTICIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DA COMPLEMENTAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BRUNÓPOLIS.
1	<u>1149</u>	20/05/2010	Supermercado Castanhel Ltda	6.377,67	GENEROS ALIMENTICIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BRUNÓPOLIS.
1	<u>1767</u>	30/07/2010	Supermercado Castanhel Ltda	5.640,40	GENEROS ALIMENTICIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DA REDE DE ESCOLAS DO MUNICÍPIO.
1	<u>2346</u>	18/10/2010	Supermercado Castanhel Ltda	4.836,05	GENEROS ALIMENTICIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
1	<u>2855</u>	10/12/2010	Supermercado Castanhel Ltda	1.499,99	GENEROS ALIMENTICIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS.(CARNE BOVINA, CARNE MOIDA, COXA DE FRANGO, FARINHA DE MANDIOCA, GELATINA E PUDIN)
1	<u>2653</u>	23/11/2010	Supermercado Castanhel Ltda	1.804,66	GENEROS ALIMENTICIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BRUNÓPOLIS.
1	<u>970</u>	29/04/2010	Violanda Tomio	826,50	GENEROS ALIMENTICIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE BRUNÓPOLIS (ARROZ, BANHA, CAFÉ, TRIGO, MACARRÃO, FUBÁ, AMIDO DE MILHO, BISCOITO, OVOS, VINAGRE).
1	<u>1187</u>	26/05/2010	Violanda Tomio	1.751,15	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS.(AMIDO DE MILHO, ARROZ, BANHA, BOLACHA SORTIDA, CAFÉ, CALDO DE GALINHA, MACARRÃO, MUCILON, OVOS, POLVILHO AZEDO, VINAGRE, FARINHA DE MILHO, NOS MOSCADA)
1	<u>1583</u>	08/07/2010	Violanda Tomio	605,30	GENEROS ALIMENTICIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BRUNÓPOLIS.
1	<u>2277</u>	06/10/2010	Violanda Tomio	1.158,00	GENEROS ALIMENTICIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO(FARINHA LIBARDONI, ARROZ, OVOS, BANHA, CAFÉ, FUBÁ, FARINHA DE ROSCA,

Fonte Recurso	NE	Data Empenho	Credor	VI. Empenho (R\$)	Histórico
					CALDO DE GALINHA, BISCOITO DOCE E MACARRÃO)
1	<u>2707</u>	29/11/2010	Violanda Tomio	1.092,05	GENEROS ALIMENTICIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA COMPLEMENTAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BRUNÓPOLIS.
1	<u>2586</u>	17/11/2010	Violanda Tomio	1.777,40	GENEROS ALIMENTICIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA COMPLEMENTAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS.
1	<u>822</u>	01/04/2010	Violanda Tomio	843,50	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS (DUZIAS DE OVOS, PIPOCA, ARROZ, FUBÁ, MACARRÃO, CAFE, FARINHA DE TRIGO, BANHA, BOLACHA, AMIDO DE MILHO, FARINHA DE ROSCA) CONFORME CONFORME PR 08/2010
1	<u>1910</u>	26/08/2010	Violanda Tomio	1.158,30	GÊNEROS ALIMENTICIOS PARA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
1	<u>826</u>	01/04/2010	Supermercado Castanhel Ltda	4.033,85	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS MUNICIPAIS(CARNE BOVINA, COXA E SOBRECOXA, CARNE MOIDA, GELATINA, LEITE LONGA VIDA, MARGARINA, OLEO DE SOJA, MASSA CABELO DE ANJO, PUDIM, SALSICHA, SUCO, LEITE NINHO, AVEIA)CONF.PR 08/2010.
1	<u>1894</u>	24/08/2010	Supermercado Castanhel Ltda	3.992,76	GÊNEROS ALIMENTICIOS PARA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
1	<u>742</u>	29/03/2010	Comércio de Alimentos Kerfe	1.272,60	GENEROS ALIMENTICIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BRUNÓPOLIS CONFORME PREGÃO PRESENCIAL.

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Brunópolis

Competência: 01/2010 à 06/2010

Função: =12- Educação

Subfunção: =361- Ensino Fundamental

Histórico: apae

Fonte Recurso	NE	Data Empenho	Credor	VI. Empenho (R\$)	Histórico
1	<u>1330</u>	13/06/2010	Panificadora Conf.Entre Campos Ltda	176,00	REFERENTE DESPESAS COM REFEIÇÃO DO SERVIDOR OSNI MACIEL DOS SANTOS DURANTE TRANSPORTE DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM AULAS NA APAE NA CIDADE DE CURITIBANOS.

APÊNDICE 02

Despesas excluídas por não serem consideradas como de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil (R\$ 14.518,01).

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Brunópolis

Competência: 01/2010 à 06/2010

Função: =12- Educação

Subfunção: =365- Educação Infantil

Histórico: gêneros alimentícios

Fonte Recurso	NE	Data Empenho	Credor	VI. Empenho (R\$)	Histórico
1	925	22/04/2010	Comércio de Alimentos Kerfe	724,38	GENEROS ALIMENTICIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS (AÇUCAR, BOLACHAS DE MAIZENA, BOLACHAS SALGADA, CANJIQUINHA, CHÁ MATE LEÃO, CHIMIER, ACHOCOLATADO, COCO RALADO, LATAS DE ERVILHA, PCT.SAL, PCT.SAGU, LATAS DE MILHO VERDE, FERMENTO BIOLÓGICO, FERMENTO QUÍMICO E EXTRATO DE TOMATE).
1	1350	16/06/2010	Comércio de Alimentos Kerfe	630,03	GENEROS ALIMENTICIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS (CHOCOLATE, LEITE PÓ, LEITE CONDENSADO, COCO RALADO, PCTES AÇUCAR, BOLACHA DE MAIZENA, BOLACHA SALGADA, CANJIQUINHA E

Fonte Recurso	NE	Data Empenho	Credor	Vi. Empenho (R\$)	Histórico
					CHIMIER)
1	1810	10/08/2010	Comércio de Alimentos Kerfe	940,64	GENEROS ALIMENTICIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA ALIMENTAÇÃO DOS CEIS MUNICIPAIS (ERVILHA, SAGU, EXTRATO DE TOMATE, LEITE PÓ, LEITE NAN 1, PCTS AÇUCAR, BOLACHA MAIZENA, SALGADA, CANJIQUINHA, CX CHÁ MATE LEÃO, POTES DE CHIMIER, CHOCOLATE PÓ E COCO RALADO)
1	2175	27/09/2010	Comércio de Alimentos Kerfe	836,14	GENEROS ALIMENTICIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS QUE FREQUENTAM OS CEIS DO MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS.
1	214	01/02/2010	Industrial Moageira Ltda	2.955,56	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS " CEI CRIANÇA FELIZ E SOSSEGO DA MAMÃE"
1	89	25/01/2010	Supermercado Castanhel Ltda	1.708,30	GENEROS ALIMENTICIOS PARA MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS (FARINHA DE TRIGO, ARROZ, AÇUCAR, CAFÉ, ACHOCOLATADO, COXAS/COXA, CARNE MOIDE, CARNE DE GADO, LEITE, OVOS, BISCOITOS E MACARRÃO.)
1	1768	30/07/2010	Supermercado Castanhel Ltda	2.220,63	GENEROS ALIMENTICIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CEIS DO MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS
1	832	01/04/2010	Supermercado Castanhel Ltda	1.687,68	GENEROS ALIMENTICIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS (CARNE BOVINA, COXAS/COXA, CARNE MOIDA, LITE INTEGRAL, MORTADELA, LINGUICINHA, NESTOGENO 1ºE 2º, SALSICHA, OLEO DE SOJA, FARINHA DE MANDIOCA, LINGUICINHA) CONFORME PR 08/2010.
1	971	29/04/2010	Violanda Tomio	443,70	GENEROS ALIMENTICIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS (MUCILON MILHO, ARROZ, CALDO DE GALINHA, BOLACHAS, PIPOCA, POLVILHO AZEDO, ARROZ, MACARRÃO, FARINHA DE TRIGO, FUBA E AMDIO DE MILHO)
1	1582	08/07/2010	Violanda Tomio	782,20	GENEROS ALIMENTICIOS PARA MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS (MUCILON DE ARROZ, MUCILON DE MILHO, BISCOITO SORTIDO, CALDO GALINHA, FUBA LIBARDONE, PIPOCA, FARINHA DE TRIGO, ARROZ PARBOLIZADO E OVOS)
1	2708	29/11/2010	Violanda Tomio	523,75	GENEROS ALIMENTICIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CEIS DO MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS.(LEITE MUCILON, BOLACHA, MACARRÃO, REFRIGERANTE E DUZIAS DE OVOS)
1	831	01/04/2010	Violanda Tomio	1.065,00	GENEROS ALIMENTICIOS E RECARGAS DE GÁS PARA MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS "CRIANÇA FELIOZ E SOSSEGO DA MAMÃE"(REFRIGERANTE, DUZIAS DE OVOS, CALDO DE GALINHA, VINAGRE TINTO, MUCILON DE ARROZ, MUCILON DE MILHO, PIPOCA, POLVILHO AZEDO, FUBÁ, ARROZ, BANHA, BOLACHA, CAFÉ, AMIDO DE MILHO, FARINHA DE TRIGO, MASSA, E 4 RECARGAS DE GÁS)CONFORME PR 08/2010.

APÊNDICE 03

Apuração das despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica empenhadas e liquidadas com recursos do FUNDEB e as não liquidadas com cobertura financeira

Descrição	Valor (R\$)
Transferências do FUNDEB em 2010	602.910,91
(+) Rendimentos de aplicação Financeira do FUNDEB	3.240,70
(-) Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2010 (Sistema e-Sfinge, fls. 339 dos autos)	22.163,68
(+) Despesas empenhadas e liquidadas e as não liquidadas, com recursos do FUNDEB (grupo 1 e 2), inscritas em Restos a Pagar com disponibilidade dos recursos do FUNDEB (sistema e-Sfinge, fl. 350 dos autos)	17.959,01
(=) Total de utilização dos recursos do FUNDEB no exercício de 2009	601.946,94

Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da lei nº 11.494/2007)	Valor (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2010	22.163,68
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar com disponibilidade dos recursos do FUNDEB (sistema e-Sfinge, fl. 350 dos autos)	17.959,01
(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados	4.204,67